

COMANDO NAVAL DA AMAZONIA OCIDENTAL

Termo de Referência 45/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
45/2026	788000-COMANDO NAVAL DA AMAZONIA OCIDENTAL	DOUGLAS MONTEIRO DA CONCEICAO	28/05/2026 10:19 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	41/2026	62020.002047/2026-74

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de itens para utilização em eventos institucionais previsto em calendário de eventos do Comando do 9º Distrito Naval para todo o ano de 2026.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PDM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 1						
1	Bombons regionais produzidos com chocolate de alta qualidade (ao leite ou meio amargo), com peso unitário mínimo de 17g, recheados com sabores regionais amazônicos: sabor cupuaçu. Os produtos devem apresentar textura uniforme, acabamento íntegro, sem deformações ou sinais de derretimento. Devem ser fornecidos em embalagens primárias individuais e acondicionados em embalagens secundárias apropriadas, lacradas, resistentes e próprias para transporte e armazenamento de alimentos. Os produtos devem conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.	464004	UN	300	R\$ 5,17	R\$ 1.550,00
	Bombons regionais produzidos com chocolate de alta qualidade (ao leite ou meio amargo), com peso unitário mínimo de 17g,					

2	<p>recheados com sabores regionais amazônicos: sabor açaí. Os produtos devem apresentar textura uniforme, acabamento íntegro, sem deformações ou sinais de derretimento. Devem ser fornecidos em embalagens primárias individuais e acondicionados em embalagens secundárias apropriadas, lacradas, resistentes e próprias para transporte e armazenamento de alimentos.</p> <p>Os produtos devem conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.</p>	464004	UN	300	R\$ 5,17	R\$ 1.550,00
3	<p>Bombons regionais produzidos com chocolate de alta qualidade (ao leite ou meio amargo), com peso unitário mínimo de 17g, recheados com sabores regionais amazônicos: no sabor castanha. Os produtos devem apresentar textura uniforme, acabamento íntegro, sem deformações ou sinais de derretimento. Devem ser fornecidos em embalagens primárias individuais e acondicionados em embalagens secundárias apropriadas, lacradas, resistentes e próprias para transporte e armazenamento de alimentos.</p> <p>Os produtos devem conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega.</p>	464004	UN	300	R\$ 5,83	R\$ 1.750,00
GRUPO 2						
4	<p>Bebida não alcoólica gaseificada, tipo refrigerante sabor cola, versão zero ou sem adição de açúcares, de primeira qualidade. Acondicionado em lata de alumínio contendo 350ml, íntegra, sem amassamentos, ferrugens ou vazamentos. O produto deve atender às normas sanitárias vigentes, conter registro nos órgãos competentes e apresentar rotulagem com informações nutricionais, lote, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da entrega.</p> <p>Referência: Coca-Cola Zero ou similar de qualidade equivalente ou superior.</p>	347150	UN	240	R\$ 7,35	R\$ 1.764,00
5	<p>Bebida não alcoólica gaseificada, tipo refrigerante sabor cola tradicional, de primeira qualidade. Acondicionado em lata de alumínio com capacidade de 350ml, em perfeito estado de conservação.</p> <p>Deve possuir registro sanitário, rotulagem completa contendo informações nutricionais, lote, data de fabricação e validade mínima</p>	217784	UN	240	R\$ 7,41	R\$ 1.778,40

	de 6 meses a partir da data de entrega. Referência: Coca-Cola ou similar de qualidade equivalente.					
6	Bebida não alcoólica gaseificada, sabor guaraná, de primeira qualidade. Acondicionada em lata de alumínio contendo 350ml, sem danos físicos ou violação. O produto deve estar em conformidade com as normas da ANVISA, contendo rotulagem completa, identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da entrega. Referência: Guaraná Antarctica ou similar de qualidade equivalente.	217785	UN	240	R\$ 6,36	R\$ 1.526,40
GRUPO 3						
7	Amendoim selecionado, torrado e salgado, de boa qualidade, crocante, isento de sujidades, matérias estranhas ou sinais de ranço. Acondicionado em embalagem individual contendo no mínimo 30g, hermeticamente fechada, resistente e própria para alimentos. Deve conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega	464540	UN	300	R\$ 2,77	R\$ 830,00
8	Amendoim de primeira qualidade, descascado, cru ou torrado sem adição de sal, íntegro, limpo e seco, isento de impurezas e odores estranhos. Fornecido em embalagem contendo no mínimo 1kg, resistente, atóxica e devidamente lacrada. Deve apresentar rotulagem completa, com identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da entrega.	636386	KG	20	R\$ 93,05	R\$ 1.861,00
9	Castanha de caju de boa qualidade, selecionada, torrada e salgada, inteira ou em bandas, crocante, isenta de umidade, fungos ou odores desagradáveis. Embalagem individual contendo no mínimo 30g, devidamente lacrada e apropriada para alimentos. Deve conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da entrega.	464541	UN	300	R\$ 11,88	R\$ 3.565,00
10	Castanha de caju selecionada, torrada, sem adição de sal, de alta qualidade, íntegra e crocante. Acondicionada em embalagem contendo no mínimo 1kg, resistente, atóxica e devidamente lacrada. Deve apresentar rotulagem com	464542	KG	40	R\$ 161,55	R\$ 6.462,00

	identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da entrega.					
GRUPO 4						
11	Farinha de milho flocada, tipo flocão, obtida de grãos selecionados, de coloração amarela uniforme, sem presença de impurezas, umidade excessiva ou odores estranhos. Acondicionada em embalagem contendo no mínimo 500g, resistente, lacrada e apropriada para alimentos. O produto deve conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da entrega.	479080	UN	600	R\$ 4,48	R\$ 2.686,00
GRUPO 5						
12	Biscoito tipo amanteigado salgado, em formatos variados, com textura crocante e sabor característico, sem sinais de umidade ou deterioração. Acondicionado em pote contendo no mínimo 400g, com vedação adequada para conservação do produto. Deve conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da entrega, além de rotulagem nutricional conforme legislação vigente.	316835	UN	150	R\$ 15,68	R\$ 2.352,50
13	Biscoito amanteigado doce tipo petit four, em formatos e sabores diversos, com textura macia ou crocante, conforme o tipo, e sabor característico. Acondicionado em pote contendo no mínimo 400g, devidamente vedado, garantindo integridade e conservação. Deve apresentar rotulagem completa com identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	369164	UN	150	R\$ 23,08	R\$ 3.462,50

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A dispensa de licitação para aquisição de itens para utilização em eventos institucionais previsto em calendário de eventos do Comando do 9º Distrito Naval para todo o ano de 2026 se faz necessária visto que os itens solicitados

não estão contemplados na licitação vigente e é de fundamental importância para a sustância dos militares do Com9ºDN e OM's apoiadas, optou-se pela aquisição por dispensa eletrônica.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000095/2026
- II. Data de publicação no PNCP: 14/05/2025
- III. Id do item no PCA: 160,161,162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172
- IV. Classe/Grupo: 8960 - BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS; 8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES; e 8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS.
- V. Identificador da Futura Contratação: 788000-41/2026

2.3. A presente solicitação de dispensa eletrônica tem por objeto a aquisição de itens de consumo destinados ao atendimento de demandas institucionais da Marinha do Brasil, especialmente no apoio a eventos oficiais, recepção de autoridades e acolhimento de hóspedes no Hotel de Trânsito, compreendendo itens de natureza correlata e pertencentes ao mesmo segmento mercadológico.

A adoção do critério de julgamento por grupo/lote no presente procedimento mostra-se tecnicamente adequada e administrativamente vantajosa, considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, bem como a necessidade de padronização quanto à qualidade, procedência, características sensoriais, acondicionamento, gramatura e demais especificações dos gêneros alimentícios.

O agrupamento dos itens em lotes homogêneos — sendo: **Grupo 1 (bombons), Grupo 2 (refrigerantes), Grupo 3 (oleaginosas), Grupo 4 (farinha de milho flocada – flocão) e Grupo 5 (biscoitos)** — possibilita maior eficiência logística e operacional, uma vez que produtos de mesma natureza são, em regra, fornecidos por empresas especializadas em seus respectivos segmentos, favorecendo a padronização dos itens entregues e a qualidade do fornecimento.

Tal sistemática contribui para a redução de custos administrativos relacionados à gestão contratual, ao recebimento, à conferência e à fiscalização dos produtos, além de otimizar o processo de armazenamento e distribuição, especialmente por se tratar de itens alimentícios que exigem controle de validade, integridade das embalagens e condições adequadas de conservação.

Ressalta-se, ainda, que os itens agrupados são comumente comercializados de forma conjunta pelo mercado fornecedor, não havendo restrição indevida à competitividade. Ao contrário, o agrupamento por lote amplia a atratividade do certame para fornecedores especializados, promovendo maior racionalidade na execução contratual.

Dessa forma, a adoção do critério de julgamento por grupo/lote observa os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e vantajosidade para a Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Assim, resta devidamente justificada a utilização do julgamento por grupo/lote no presente procedimento de Dispensa Eletrônica.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A contratação de material para o Rancho do Comando do 9º Distrito Naval por dispensa eletrônica devido a falta de fornecimento desses itens pelo fornecedor e Devido ao valor do objeto a ser adquirido/contratado encontrar-se dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021 e por tratar-se de bens/serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações

reconhecidas e usuais do mercado, tendo como base os princípios da eficiência, da eficácia, da celeridade e da economicidade, optou-se por dispensar a confecção de tais documentos, conforme art. 5º, I, da IN SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021..

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Registro na ANVISA (Decreto-Lei nº 986/1969);

4.1.2. Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9832/1999);

4.1.3. Para as empresas da indústria de produtos alimentares e bebida, conforme item do 16 anexo I IN ° 13, de 23 de agosto de 2021 obrigação de inscrição no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

4.1.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez)** dias.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Bernardo Ramos, S/N, Centro, Manaus-AM, na sede do Comando do 9º Distrito Naval.**

5.4 Os bens deverão entregues em fardos e acondicionados, deverão ser transportados em condições adequadas de higiene e conservação

5.5 A entrega deverá ser realizada conforme cronograma definido pela Administração.

5.6 A Administração poderá recusar produtos que não atendam às especificações estabelecidas.

5.7 Dos Materiais Solicitados

Os materiais a serem adquiridos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas, condições de qualidade, embalagem e validade, conforme descrito abaixo:

- **300 (trezentas) unidades** de bombons regionais de chocolate, com peso mínimo de 17g por unidade, recheados com sabores regionais, no sabor cupuaçu. Os produtos devem ser embalados individualmente, acondicionados adequadamente, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir da entrega;
- **300 (trezentas) unidades** de bombons regionais de chocolate, com peso mínimo de 17g por unidade, recheados com sabores regionais, no sabor açaí. Os produtos devem ser embalados individualmente, acondicionados adequadamente, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir da entrega;
- **300 (trezentas) unidades** de bombons regionais de chocolate, com peso mínimo de 17g por unidade, recheados com sabores regionais, no sabor castanha. Os produtos devem ser embalados individualmente, acondicionados adequadamente, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir da entrega;
- **240 (duzentas e quarenta) unidades** de refrigerante sabor cola, versão Zero ou sem adição de açúcares, de primeira qualidade, acondicionados em lata de alumínio contendo 350ml, íntegra, com rotulagem completa, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses. Referência: Coca-Cola Zero ou similar de qualidade equivalente ou superior;
- **240 (duzentas e quarenta) unidades** de refrigerante sabor cola tradicional, de primeira qualidade, acondicionados em lata de alumínio contendo 350ml, em perfeito estado de conservação, com rotulagem completa, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses. Referência: Coca-Cola ou similar de qualidade equivalente ou superior;
- **240 (duzentas e quarenta) unidades** de refrigerante sabor guaraná, de primeira qualidade, acondicionados em lata de alumínio contendo 350ml, íntegra, com rotulagem completa, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses. Referência: Guaraná Antarctica ou similar de qualidade equivalente ou superior;
- **300 (trezentas) unidades** de amendoim torrado e salgado, acondicionado em embalagem individual contendo no mínimo 30g, lacrada, íntegra e apropriada para alimentos, contendo identificação do fabricante, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses;
- **20 (vinte) quilogramas** de amendoim descascado e sem sal, de primeira qualidade, acondicionado em embalagens de no mínimo 1kg, devidamente lacradas, contendo identificação do fabricante, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses;
- **300 (trezentas) unidades** de castanha de caju torrada e salgada, acondicionadas em embalagens individuais contendo no mínimo 30g, lacradas e apropriadas para alimentos, com identificação do fabricante, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses;
- **40 (quarenta) quilogramas** de castanha de caju torrada e sem sal, acondicionadas em embalagens de no mínimo 1kg, resistentes e lacradas, contendo identificação do fabricante, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses;
- **600 (seiscentos) pacotes** de farinha de milho flocada, tipo flocão, acondicionados em embalagens contendo no mínimo 500g, íntegras e lacradas, com identificação do fabricante, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses;
- **150 (cento e cinquenta) unidades** de biscoito tipo amanteigado salgado, sabores diversos, acondicionados em pote contendo no mínimo 400g, devidamente vedado, com rotulagem completa, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses;
- **150 (cento e cinquenta) unidades** de biscoito amanteigado doce, tipo petit four, sabores diversos, acondicionados em pote contendo no mínimo 400g, devidamente vedado, com rotulagem completa, lote e prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 4 (quatro) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação

8.2. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.22. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.30. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.31. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 31.137,80

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 31.137,80 (Trinta e um mil e cento e trinta e sete reais e oitenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Manaus, AM, na data da assinatura.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO GONCALVES DA SILVA JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 10:19:04.